



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,**

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM SALAS REGULARES**

**KAREN CRISTINA STRACIA MACIEL**

**ORIENTADORA: PATRICIA C. CAMPOS RAMOS**

**BRASÍLIA**

**2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**KAREN CRISTINA STRACIA MACIEL**

## **A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM SALAS REGULARES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Patrícia C. Campos Ramos.

BRASÍLIA

2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

KAREN CRISTINA STRACIA MACIEL

### **A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM SALAS REGULARES**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em \_\_\_/\_\_\_/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

PATRICIA C. CAMPOS RAMOS (Orientador)

---

FABIANA DA SILVA (Examinador)

---

KAREN CRISTINA STRACIA MACIEL (Cursista)

BRASÍLIA/2015

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino e meu guia; a ela, a mulher mais importante da minha vida, minha mãe, Maria Lucia; ao meu irmão, Rafael; às minhas tias Nilde, Isaura, Fátima e Vera; ao meu marido, Marco Aurélio e aos meus amados filhos, Daniel e Arthur.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter realizado meu sonho de ser uma profissional atuante e poder estar me aperfeiçoando neste momento. Não poderia deixar de agradecer as amizades que fiz no decorrer desse curso, nos períodos de pesquisa, onde pude contar com profissionais extremamente competentes e que se preocupam com nossos alunos.

## RESUMO

Ao incluirmos um aluno surdo e sua língua (LIBRAS) no ensino regular, diversas abordagens de ensino são levantadas. Buscando identificar possíveis métodos e estratégias de ensino que potencializem o processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos realizamos, primeiramente, uma revisão conceitual de autores que tratam deste assunto e, em seguida, pesquisa de campo com objetivo de mapear conhecimentos prévios e possíveis falhas que envolvam sua alfabetização. Um novo olhar, mais atento, crítico e reflexivo foi levantado. Notamos, por meio de entrevistas e observações, que algumas práticas educacionais devem ser reavaliadas e o quanto temos que progredir em relação a inclusão escolar. Questionamos, por exemplo: por que o aluno surdo deve ser avaliado em língua Portuguesa e por que essa avaliação não pode ser realizada em LIBRAS? Quais ações devem ser avaliadas (as do aluno ou as do professor)? Quais critérios estão sendo utilizados para avaliar nossos alunos? Suas ações estão sendo potencializadas, eliminando barreiras e viabilizando a igualdade entre as pessoas? Pretendemos, assim, colaborar para o aprimoramento das competências de nossos alunos, acreditar naquilo que ele tem a nos oferecer e não evidenciar aquilo que ele não pode oferecer no momento. Converter LIBRAS em disciplina obrigatória seria uma alternativa pertinente para facilitar as praticas educacionais.

**Palavras-Chave:** alfabetização, surdos, LIBRAS, avaliação.

## SUMÁRIO

### RESUMO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.....</b>	<b>13</b>
<b>2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 EDUCAÇÃO BILINGUE COMO FAVORECIMENTO SOCIAL.....</b>	<b>16</b>
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>19</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4.2 CONTEXTO DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
<b>4.3 PARTICIPANTES.....</b>	<b>21</b>
<b>4.4 MATERIAIS UTILIZADOS.....</b>	<b>21</b>
<b>4.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....</b>	<b>21</b>
<b>4.6- PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4.7- PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>22</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>5.1 ENTREVISTA REALIZADA COM A PROFESSORA DA SALA REGULAR.....</b>	<b>23</b>
<b>5.2 ENTREVISTA REALIZADA COMA PROFESSORA DO AEE.....</b>	<b>23</b>

<b>5.3 ENTREVISTA REALIZADA COM A MÃE DO ALUNO.....</b>	<b>24</b>
<b>5.4 ATIVIDADE DE OBSERVAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>30</b>
<b>Apêndice A: Roteiro de Entrevistas realizadas com professores: regular e AEE.....</b>	<b>30</b>
<b>Apêndice B: Roteiro de entrevista realizada com a mãe do aluno.....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>32</b>
<b>A - Aceite institucional .....</b>	<b>32</b>
<b>B-Termo de consentimento livre e esclarecido das professoras.....</b>	<b>33</b>
<b>C-Termo de consentimento livre e esclarecido da mãe do aluno.....</b>	<b>34</b>



## 1 APRESENTAÇÃO

Ao iniciar esse trabalho, buscamos elaborar estratégias que pudessem identificar uma falha junto ao processo de alfabetização e letramento, levando em conta um atraso considerável na construção do conhecimento, utilizando como fonte de busca situações encontradas na atual perspectiva de educação inclusiva.

Durante minha trajetória profissional, como pessoa atuante junto à comunidade surda local e há quatro anos como professora intérprete de LIBRAS no município de Barretos- SP, observei que alunos surdos, apesar de iniciarem a escolarização sem defasagem na idade esperada, apresentam limitações no processo de aquisição da linguagem escrita e no processo da aquisição da linguagem verbal e não verbal. Evidencia-se um despreparo de profissionais da educação em torno do aluno surdo, até mesmo porque a preocupação com esse alunado demorou muitos anos para despertar o interesse das pessoas. Hoje, muito há a ser investigado, como o fato de termos alunos concluindo o primeiro ciclo do Ensino Fundamental sem estarem alfabetizados ou que se encontram em processo de conclusão do segundo ciclo do Ensino Fundamental e não sabem ler e escrever, sem nenhuma expectativa de seguir carreira e ter um bom desempenho profissional.

Atualmente, no município de Barretos, encontramos dificuldades contextuais ao processo de alfabetização dos alunos surdos, pois, o sistema de apostilado tornou-se acessível a todos os alunos da rede municipal de ensino desde o ano de 2012, o que nos causa um desprazer em alguns pontos de vista, pois os professores regulares acabam tendo um prazo muito curto para cumprir com o conteúdo, deixando de lado a possibilidade de se trabalhar um material apropriado ou, talvez, até mesmo diferenciado para se obter um melhor desempenho por parte dos alunos, em geral.

O sistema de apostilado veio padronizar um ensino que, na verdade, deveria ter suas especificidades, a fim de potencializar as particularidades de cada aluno e minimizar as barreiras atitudinais existentes em ambientes muitas vezes desafiadores. Com objetivo de amenizar tais barreiras, é possível fazer valer o respeito às diferenças lingüísticas e socioculturais desses alunos, e para isso a Lei nº 10436 garante o acesso dos professores intérpretes de LIBRAS dentro da sala regular, e permite que eles trabalhem com uma educação bilíngüe, tendo a língua de sinais como instrução e a língua portuguesa escrita como segunda língua.

Sabemos que o processo de ensino aprendido é inacabável e, através dele, é possível que se desenvolvam cidadãos críticos e ativos na sociedade. Neste sentido, questionamos os métodos atualmente adotados na alfabetização dos alunos surdos: em LIBRAS/ Língua Portuguesa, ou com uso do Português Sinalizado, se o aluno surdo tem o direito de receber as mesmas condições de acesso ao conhecimento que os demais alunos regulares que, por meio destas convenções didáticas, têm se perdido ao longo do processo de ensino e aprendizagem? Agora, se a resposta for LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), será que o aluno está realmente em processo de aquisição da Língua Portuguesa? Qual desses métodos seria predominante para formação de um cidadão surdo?

O presente trabalho tem objetivo de investigar qual método de ensino parece trazer maior eficácia aos alunos surdos dentro da sala regular, e identificar possíveis estratégias de ensino aprendizagem que desenvolvam nesses alunos uma alfabetização contínua.

Ao abordar esse tema, buscaremos realizar uma pesquisa bibliográfica de trabalhos realizados por diversos autores, dividindo a revisão conceitual dos estudos em: (a) histórico da educação inclusiva; (b) o aluno surdo; (c) a educação bilíngue. Como pesquisa de campo, realizamos uma pesquisa-ação de caráter qualitativo, contando com a participação de profissionais envolvidos na inclusão de alunos com surdez em salas regulares, para os quais foram elaboradas atividades de observação e entrevista, a fim de construir informações com as pessoas envolvidas no processo educacional do aluno surdo.

A pesquisa foi realizada junto à instituição de ensino em que atuo como professora intérprete de LIBRAS, onde também atuam outras professoras na mesma função e cada uma realiza seu trabalho de modo diferenciado, respeitando a individualidade de cada educando.

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), ratificada no Brasil, como Emenda Constitucional, pelos Decretos: Legislativo n. 186/2008 e Executivo n. 6949/2009, estabelece que os países signatários assegurem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência, que seja compatível com a meta de inclusão plena.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Lei 13146, de 06 de julho de 2015, é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. E é com base nesses direitos que buscaremos um melhor caminho para transformar a educação dos surdos em uma educação que propicie um melhor desenvolvimento educacional, social e cultural a uma comunidade tão necessitada de voz.

### 1.1 Histórico da educação inclusiva

"A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas de ensino regular" (BRASIL, 2008, p. 21).

Segundo o MEC/SEESP, em janeiro de 2008, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciou-se na época do Império, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 (Instituto Benjamin Constant) e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857 (Instituto Nacional da Educação dos Surdos), ambos na cidade do Rio de Janeiro. Daí em diante começaram a surgir instituições como o Instituto Pestalozzi, em 1926 (para pessoas com deficiência mental), em 1954 foi fundada a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), em 1945 o primeiro Atendimento Educacional Especializado, que aconteceu no Instituto Pestalozzi, para pessoas superdotadas, por Helena Antipoff.

Após a declaração de Salamanca, entre 7 e 10 de Junho de 1994, Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse paradigma educacional das pessoas com deficiência passou por um processo de transformação, em busca de padronizar as oportunidades de ensino. Partiu daí o princípio de que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, lingüísticas e outras, teriam o direito a

freqüentar a escola. Esse pressuposto não estaria ligado unicamente à criança com deficiência e, sim, a uma globalização das diversidades encontradas dentro do processo educacional.

Mesmo tendo se passado um período considerável da construção de uma escola inclusiva, para alguns professores regulares ainda persiste a ideia de que não estão preparados para ensinar todos os alunos, considerando-se incapazes de lidar com as diversidades, sobretudo, o modo de tratar os alunos com deficiência.

A educação na perspectiva escolar é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar sua dinâmica para incluir todos os alunos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). É dever da escola se adaptar ao aluno com deficiência para a inclusão de todos.

## **1.2 A inclusão do aluno surdo**

Para o SEESP/MEC (2006), é possível conhecer as definições da surdez, como a perda parcial ou total de audição, e as causas, se é de nascença ou adquirida. Há muitos anos a surdez era ligada a uma deficiência intelectual, mas ao longo dos anos essa concepção foi descartada por diversos pesquisadores.

Segundo Moreira (2014, p. 52):

Podemos indicar os anos 1990 como o marco da insurgência dos movimentos surdos brasileiros. Nessa década, iniciam-se os debates conceituais sobre língua de sinais, bilingüismo, os reflexos dos modelos clínico-terapêuticos e sócio antropológico na educação de surdos, teorizações sobre a cultura e identidades surdas e os impactos de todos esses estudos na organização de um processo de educação bilíngüe para surdos no Brasil.

Pessoas surdas podem adquirir linguagem, comprovando assim seu potencial linguístico. Segundo Luria (1986), os processos de desenvolvimento do pensamento e da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente, podendo os fatores externos afetar esses processos, positiva ou negativamente. Torna-se, pois, necessário desenvolver alternativas que possibilitem às crianças com deficiência meios de comunicação que as habilitem a desenvolver o seu potencial linguístico.

A Língua de Sinais desempenha um papel fundamental na vida das pessoas surdas, pois junto a ela também está relacionada a construção da identidade individual e até mesmo de um determinado grupo de pessoas.

A Língua de Sinais é trazida como elemento constituidor dos surdos na relação com outros surdos e na produção de significados a respeito de si, do seu grupo, dos outros e de outros grupos. O encontro surdo-surdo representa, pois, a possibilidade de troca de significados que na Língua de Sinais, nas políticas, na marcação das diferenças carregam a marca da cultura. Assim, o outro igual é aquele que usa a mesma língua e que consegue trilhar alguns caminhos comuns que possibilitam o entendimento sem esforços de outra ordem. O processamento mental é rápido e eficiente, além de abrir possibilidades de troca efetiva e o compartilhar, o significar, o fazer sentido. Os caminhos comuns passam por formas surdas de pensar e significar as coisas, as ideias e os pensamentos necessariamente na língua de Sinais (QUADROS, 2007, p. 05).

Os surdos têm lutado por muito anos pela elaboração e legalização da LIBRAS, que aconteceu por meio da LEI 10436/ 2002. Podemos dizer que essa seria a maior conquista das pessoas surdas. Nesta lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

O aluno surdo tem como meio de comunicação aquela língua em que ele se sente mais seguro, sendo a maioria dos surdos usuários da Língua de Sinais (LIBRAS), e que se sentem muito à vontade em se expressar e se comunicar por meio dela. Não podemos desvalorizar o domínio da língua materna “LIBRAS”, pois, conforme explica Quadros; Schmied (2015), a aquisição dos conhecimentos em língua de sinais é uma das formas de garantir a aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa pela criança surda.

## **2 O processo de alfabetização de alunos surdos**

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/ Libras – desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade

escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular (MEC, 2005. p. 16).

As dificuldades que permeiam o processo de alfabetização em Língua Portuguesa, para um aluno surdo, constituem algo muito complexo e que deve ser tratado com muita coerência e respeito, tendo em vista o domínio já existente de sua língua materna LIBRAS.

A busca por atividades usadas na educação dos surdos deve ser minuciosamente contextualizada dentro da perspectiva da Língua Portuguesa, sendo essas atividades utilizadas pelas crianças, mesmo se elas ainda não estiveram nenhum contato com a língua, ou seja, que ainda se encontram em processo de aquisição da linguagem.

Vários recursos didáticos devem ser utilizados e explorados de diferentes maneiras, para que se obtenha o ensino da Língua Portuguesa, sempre tendo o cuidado de trazê-lo para dentro da realidade contextualizada, viabilizando uma educação bilíngüe, que potencialize sua cultura e tornando o ambiente escolar um ambiente onde existirá o uso contínuo de duas línguas simultâneas ou não.

## **2.1 A participação da família no processo educacional**

A Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência afirma a importância da família, preconizando no seu preâmbulo, item X:

Convencidos de que a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito a receber a proteção da sociedade e do Estado e de que as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias para tornar as famílias capazes de contribuir para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência [...]. (BRASIL, 2007, p. 17)

Os alunos surdos constituem um grupo heterogêneo, e se faz necessário o respeito por suas particularidades e promoção de uma educação que promova seu desenvolvimento. Para obtermos resultados favoráveis é necessário que haja uma ponte direta entre escola e família. É extremamente importante essa constante participação da família no processo educacional dos alunos, de modo geral, mas principalmente se esses alunos possuem alguma deficiência.

Estudantes, famílias, escolas e outros grupos da comunidade são incentivados ao trabalho conjunto, de maneira sistemática, sustentada e integrada, fazendo-se necessário melhor compreender os posicionamentos da

criança, da escola, da família e, possivelmente, as interações desses contextos (CAMPOS-RAMOS, 2015, pp. 16-17).

É possível notar a valorização e a potencialização das capacidades de desenvolvimento dos alunos surdos, quando sua família se faz presente e ativa na preparação desses alunos para um processo de ensino aprendizagem significativo. Essa participação é amparada por diversas leis como na LDBEN de 1996, que enfatizam a importância de a família agir de forma integrada ao Estado na promoção da educação.

## **2.2 Educação bilíngue como favorecimento social**

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2002), compreende que cabem à educação especial os processos educacionais dos alunos surdos. Assim, na apresentação dos marcos históricos dessa educação, é feita referência à Lei nº 10.436/02 e ao Decreto nº 5.626/05 destacando, nesses documentos, o reconhecimento legal da Libras; a inclusão, nos currículos dos cursos de formação de professores e de fonoaudióloga, de uma disciplina voltada ao ensino dessa língua; a formação e a certificação dos profissionais envolvidos nos processos escolares de surdos (professores, instrutores e tradutores/intérpretes); o ensino da língua portuguesa como segunda língua; e a necessidade da organização do sistema de forma a contemplar a educação bilíngue no ensino regular.

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008, p. 11)

O Decreto nº 5.626/05, em diálogo com as reivindicações das comunidades surdas brasileiras (FENEIS, 1999), defende a educação bilíngüe, definindo-a, bem como os espaços onde ela deve ser implantada, denominando escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo (BRASIL, 2005, Artigo 22, §1º).

A partir da regulamentação acima citada, as escolas começam a se adaptar a essa perspectiva de ensino e passam não só a fazer uso da Língua de Sinais, como de instrução da Língua Portuguesa escrita e, também, em utilizá-la como meio de comunicação para socialização entre o corpo discente e o corpo docente.

A lei de 24 de Abril de 2002 reconhece como meio legal de comunicação a língua de sinais que, porém, não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Essa lei abriu um caminho significativo para o bilinguismo dos surdos no Brasil e, junto a ele, a valorização de uma cultura ainda pouco priorizada, que é a cultura surda.

A valorização dessa cultura e dessa identidade é contemplada por Perlin (1998 *apud* SALLES et al., 2004, p 41), e divididas pelos níveis de participação junto à comunidade surda, como:

- Identidade Flutuante: quando o surdo se espelha no ouvinte, vivendo de acordo com a realidade do ouvinte;
- Identidade inconformada: quando o surdo não consegue viver de acordo com a realidade do ouvinte e se sente como tendo uma identidade subalterna;
- Identidade de transição: quando o contato do surdo com a comunidade surda não acontece na infância, o que traz um conflito cultural interno;
- Identidade híbrida: quando o sujeito nasce ouvinte e sofre uma perda auditiva, e este se utiliza para comunicar a língua sinalizada e para pensar a língua oral;
- Identidade surda: quando o surdo pôde desenvolver-se em contato precoce com a língua sinalizada e a comunidade surda, aprendendo a perceber o mundo visualmente.

Já a definição de bilíngue, no dicionário Aurélio, é: “adj. Que está em duas línguas diferentes: inscrição bilíngüe. / Onde se falam duas línguas: país bilíngüe. / Que fala duas línguas”.

Irina Bokova (UNESCO, 2015), diretora-geral, por ocasião do Dia Internacional da Língua Materna, também foi fundamental durante esse processo, ao garantir que toda criança na educação básica tivesse o direito a aprender em sua língua materna. Com tantas leis que fundamentam essa perspectiva educacional bilíngüe, a língua ainda é vista como uma condição mínima e necessária para que o aluno tenha participação efetiva dentro da sala de aula.

Segundo Figueiredo Netto (2003, p. sd), atualmente, os esforços da sociedade estão voltados para a independência e a autonomia das pessoas com deficiência, inclusive, direitos protegidos por lei. Como exemplo, citamos a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007), Art. 23. No entanto, a afetividade e a sexualidade das pessoas com deficiência vêm se mantendo como tabu, mito, crença, preconceito, pecado, patologia, dentre outros, uma situação dominada pela ignorância e pelo desconhecimento. A abertura da família para conhecer e aceitar os direitos e necessidades dos filhos é essencial, bem como a educação sexual dos filhos, condição necessária para sucesso em muitos aspectos da vida.





### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Investigar quais métodos e estratégias de ensino trazem maior eficácia no processo de aprendizagem um aluno surdo dentro da sala regular.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Identificar possíveis estratégias de ensino que possibilitem uma melhor compreensão do conteúdo trabalhado em sala de aula;
- Investigar e conhecer como está sendo realizado o trabalho da professora intérprete;
- Conhecer as condições em que esse aluno se encontra, tornando relevante o papel da instituição escolar e da família durante o processo de inclusão desse aluno em sala regular;

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Fundamentações teóricas da Metodologia**

O presente trabalho foi elaborado em caráter qualitativo utilizando, como fonte de pesquisa bibliográfica, estudos realizados por diversos profissionais da área da inclusão escolar e, como pesquisa de campo, a atuação de profissionais envolvidos na inclusão de alunos com surdez em salas regulares.

Realizamos uma revisão conceitual, com objetivo de colher informações e mapear conhecimentos prévios que envolvessem o aluno com surdez. A pesquisa de campo foi realizada junto à instituição de ensino em que atua a pesquisadora, como professora intérprete de LIBRAS.

Segundo Maciel; Raposo (2011), o caráter ativo do investigador determina que o processo de produção de ideias represente um continuum que atravessa todos os momentos no curso da investigação, tornando-se impossível separar uma fase de coleta e outra de interpretação de dados. Se esses momentos forem separados, se perderia uma grande quantidade de elementos não controlados, que não aparecem simplesmente em forma de registros objetivos, mas dentro de ideias e construções produzidas durante seu estudo. Portanto, a pesquisa-ação seria uma metodologia adequada por ser realizada em sua ação na prática social, na escola.

Para realização da pesquisa de campo elaboramos roteiros de observação e entrevistas com as pessoas envolvidas no processo educacional dos alunos surdos. A pesquisa poderá ser estendida a outras entidades que envolvam alunos com surdez e estudiosos com objetivos em comum.

### **4.2- Contexto da Pesquisa**

As informações alcançadas neste trabalho foram construídas em uma Escola Municipal que atende o Ciclo II do Ensino Fundamental, situada em um bairro da cidade de Barretos – SP onde a grande maioria das pessoas são de baixa renda e que, atualmente, tem o maior número de alunos inclusos do município, totalizando 39 alunos com deficiência. Muitos desses alunos podem contar apenas com o Atendimento Educacional Especializado (AEE),

não sendo possível o acesso a outros programas. Entre eles existem alunos com: surdez, deficiência intelectual, cegueira e deficiência física.

#### **4.3- Participantes**

Um caso específico chamou muito a atenção, o de um aluno com surdez, foco principal desta pesquisa, vamos chamá-lo de E. de 11 anos, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental. Participaram, também, a professora de AEE, a de português, a professora intérprete de LIBRAS e a mãe do aluno.

O aluno E. tem um bom desempenho educacional, porém, não está alfabetizado em Língua Portuguesa, sendo usuário da Língua de Sinais LIBRAS para se comunicar e se manifestar durante as aulas, mesmo sendo capaz de pronunciar algumas poucas palavras em Língua Portuguesa. Ele participa de todas as aulas, inclusive, das aulas de Língua Estrangeira e em todos os projetos de alfabetização e apoio em Língua Portuguesa, com objetivo de melhorar seu desempenho junto a essa língua.

A pesquisadora é professora intérprete de LIBRAS do aluno surdo participante da pesquisa, fazendo uso da transcrição fidedigna para que ele participe ativamente das aulas. Como intérprete, a pesquisadora utiliza como ferramentas, dicionários de Língua Inglesa e um aplicativo no celular chamado Google tradutor.

#### **4.4 – Materiais utilizados**

Durante o período em de construção das informações, foram utilizados:

- Gravador de áudio (celular)
- Papeis em branco;
- Caneta;
- Questionário.

#### **4.5- Instrumentos de Construção de Dados**

De acordo com Kelman (2010), podemos constatar que: instrumentos passam a ser todos os procedimentos encaminhados a estimular a expressão do sujeito estudado e são indutores de informação. Eles são ferramentas interativas e suscetíveis a uma multiplicidade

de usos dentro do processo investigativo, que não se limitam às primeiras expressões do participante frente a ele.

Durante o processo de construção e levantamento de dados foram realizadas atividades de:

- Registros escritos (Diário de Bordo)
- Observação;
- Roteiros de entrevista (Apêndices A e B).

#### **4.6- Procedimentos de Construção de Dados**

O processo de escolha dos professores participantes se deu com seguinte critério: (a) professora do AEE, que tem um maior conhecimento desse aluno, depois da professora intérprete de LIBRAS - a pesquisadora, em conformidade com a autora Kelman (2010), que traz uma discussão sobre a importância de o professor refletir e pesquisar a sua própria prática -; a professora de Língua Portuguesa: disciplina na qual o aluno apresenta maiores dificuldades.

Durante as observações, foi considerada a própria atuação da pesquisadora como professora intérprete, sobre o que estaria faltando e onde poderia melhorar, procurando apoio junto à equipe de Atendimento Educacional Especializado, que teve um olhar diferenciado com esse aluno, trabalhando de forma a desenvolver e estimular o processo de ensino/aprendizagem, bem como pontos que envolvem sua socialização dentro e fora da unidade escolar.

É com esse apoio pedagógico que foi realizado uma entrevista junto à mãe do aluno, que atende esse aluno no contra turno, e utilizando esse ambiente para realização desse procedimento.

#### **4.7- Procedimentos de Análise Dados**

Foram realizadas revisões literárias para discussão das informações trazidas pelos participantes nas entrevistas e nas atividades de observação, que foram cuidadosamente transcritas, sendo os assuntos abordados categorizados em conformidade com os objetivos traçados para a pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. Entrevista realizada com a professora da sala regular

A entrevista realizada junto à professora F., de Língua Portuguesa, foi uma obtenção simples e direta das maiores dificuldades encontradas pelo aluno participante, uma vez que o objetivo da nossa pesquisa era o de encontrar falhas que possibilitem um grande índice de alunos no ensino fundamental sem alfabetização adequada.

Segundo Mantoan (2015), a integração refere-se, mais especificamente, à inserção de alunos com deficiência em escolas comuns, ou para designar alunos agrupados em escolas especiais ou residências para pessoas com deficiência. A inclusão, ao contrário, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, sendo estruturadas em função dessas necessidades.

A professora relatou a integração e não inclusão do aluno na escola, retratando o quanto ainda temos que progredir em relação à perspectiva inclusiva no nosso país: “*A escola infelizmente ainda só integra o aluno, e não o inclui como deveria ser.*” Deixou clara, também, a necessidade da participação efetiva da família junto ao processo educacional do aluno que, por sua vez, influencia na participação do aluno junto ao que lhe é oferecido na escola.

### 5.2- Entrevista realizada com a professora do AEE

Essa entrevista, por sua vez, nos esclareceu sobre as potencialidades do aluno e suas necessidades, na visão desta professora, quando relata sobre o atendimento oferecido junto a sala de AEE. A profissional entrevistada coloca a maneira com que são realizados os atendimentos junto ao aluno, quando cita os três momentos: AEE em Língua Portuguesa, AEE de LIBRAS e AEE em LIBRAS.

*“O AEE é realizado em três momentos: AEE em Língua Portuguesa (sua maior dificuldade), onde o aluno tem acesso a imagem com associações de escrita, para auxiliá-lo na aquisição da segunda língua, entre outras atividades; AEE de LIBRAS para conhecer*

*alguns sinais que ainda não conhece e AEE em LIBRAS em contexto de prática, o mesmo é atendido em dupla, com outra aluna surda, o que o ajuda bastante.”*

### **5.3 Entrevista realizada com a mãe do aluno**

Ao realizar a entrevista com a mãe do aluno E., a mesma relatou que tudo que ele aprende na escola, gosta de explicar a ela quando chega em casa. Ela também nos relatou que o filho tem total liberdade de interromper as aulas para fazer o que ele já sabe sobre o assunto abordado na aula ” *ele chega em casa pra mim com resposta e não com dúvida*”.

### **5.4 Atividade de observação**

A atividade de observação realizada junto ao processo educacional do aluno proporcionou um envolvimento quanto às questões pedagógicas que envolvem a aquisição da língua escrita de um aluno com surdez. Notamos, por exemplo, que ele tem um bom relacionamento com os demais alunos da escola e também com os professores

Tal envolvimento analisa o que seria prioritário a esse aluno no momento em que se encontra, e como fazer parte desse processo uma vez que nossos alunos são transitórios.

Anteriormente a esse processo de pesquisa, foram observadas algumas situações no que diz respeito à alfabetização de surdos, constatando-se que é possível observar que muitos são oralizados. Existem alguns casos esporádicos em que o surdo faz uso de LIBRAS e sabe ler e escrever, porém os fazem obedecendo uma estrutura gramatical de LIBRAS.

O estudante E., escolhido para realização deste trabalho, chamou a atenção devido ao seu comprometimento em relação ao processo de aprendizagem. Ele possui um bom desempenho em todas as atividades acadêmicas e possui uma família atuante no processo escolar.

Muitas vezes na aula de ciências, por exemplo, o aluno realiza as atividades primeiro que os alunos ouvintes e ainda gosta de fazer um desenho com suas explicações, e ao entregar para a professora regular faz uma breve explicação do conteúdo através de suas imagens.

Durante processo de coleta de dados, notamos que o foco principal pode não ser a alfabetização, como foi possível perceber na fala da mãe, na entrevista:

*Coisa que eu não sabia que ele estuda, hoje, que eu não sabia, que ele vem e falar pra mim, ele vem e pega a apostila ele vem, ele me mostra, ele pega o celular entra na internet vai lá e me mostra tudo, tudo que ele aprendeu ele vem e me mostra. Só que antes dele me mostrar, ele me conta, ele me conta e ai pergunta se eu entendi, ai falo: pouquinho e, espera ai que eu vou ensinar, vai lá pega meu celular, procura na internet, é assim oh, é isso aqui que eu te falei. Eu falo é isso mesmo.*

O que mais esperar de um aluno, que é capaz de chegar em casa cheio de certezas para apresentar à sua mãe, levar em consideração o fato de não saber ler e escrever seria mais importante que isso?

Verificamos, ao longo das observações, que ele fica aquém ao processo de alfabetização, devido a práticas de ensino inadequadas, a falta de profissionais especializados, assim como a falta de suportes acadêmicos adequados a limitação dele em relação ao currículo. Apesar de todo o bom desempenho de E., o fato de não estar alfabetizado em Língua Portuguesa acaba lhe constringendo perante os amigos e o impossibilitando de agir com autonomia e segurança, em situações cotidianas existentes no ambiente escolar. Esse trabalho leva a repensar considerações a respeito de haver alunos surdos não alfabetizados no sexto ano e às práticas docentes, com respeito as especificidades e singularidades destes alunos. A educação dos surdos torna-se instrumento de pesquisa por muitos e muitos anos, há uma incógnita entre os surdos alfabetizados e não oralizados.

Em conformidade com Mantoan (2015, p. 65), superar o sistema tradicional de ensino é um propósito que temos de efetivar com urgência. Essa superação refere-se ao “que” e ao “como” ensinamos nossos alunos, para que eles cresçam e se desenvolvam como seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino.

A culpa do mau desempenho do processo inclusivo, na maioria das vezes, é atribuída ao professor, tendo em vista que:

de um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem (SILVA; RETONDO, 2008, p. 28).

É preciso trabalho em equipe, sem ficar denegrindo culpados, e sim buscando soluções plausíveis que possibilitem resultados favoráveis aos alunos e ao sistema. Cabe aos órgãos



competentes colaborarem com a especialização dos profissionais interessados e criar alguns programas que multiplique as interações entre família, escola e sistema.

MIETO; BARBATO (2010) apontam que o ensino dialógico é um desafio para o professor, porque ele mesmo não foi formado para priorizar essas dinâmicas de aprendizagem, tornando-se difícil, num primeiro momento, atuar nesta direção com os seus alunos.

A formação continuada dos profissionais que atuam junto aos alunos com deficiência vem se tornando um fator predominante, associado a um material que potencialize a capacidade de desenvolvimento dos alunos. A função do intérprete de LIBRAS, por sua vez, é fazer a interpretação do contexto aplicado dentro de sala de aula, mas, em muitos casos, esse profissional não faz a interpretação e, sim, a tradução simultânea o que compromete a contextualização do conteúdo aplicado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de pesquisa tornou-se relevante, pois, a partir das pesquisas de campo realizadas, enfatizamos conhecimentos já existentes e confrontamos conhecimentos e opiniões neles expressados. O processo de observação foi relevante para o desenvolvimento do professor pesquisador, por propiciar um momento no qual apura-se a consciência crítica a partir da prática, experiências, um novo olhar, mais atento, crítico e reflexivo a partir do processo acompanhado. A participação da mãe do aluno E. nos mostrou várias situações, que devem ser levadas em consideração para a superação do fato de ter uma criança inserida no sexto ano sem saber ler e escrever.

Poderíamos avaliar, por exemplo, o bom entendimento que o aluno demonstra pelo conteúdo trabalhado em sala de aula, pois temos situações contrárias, onde temos alunos alfabetizados, mas que não possuem um bom entendimento do conteúdo aplicado.

O fato de encontrarmos uma família presente, nesse caso específico, uma mãe presente encoraja a dizer que o foco principal realmente se faz perdido pela avaliação das instituições escolares, deveríamos estar preocupados em avaliar o bom entendimento dos alunos e respeitar as diversas formas de manifestar seu entendimento. O problema é que estamos tão focados na alfabetização que nos esquecemos de levar em consideração suas especificidades.

As incertezas são constantes na vida do profissional da educação inclusiva, e devemos trabalhar sempre com o nosso melhor, fazer o impossível por esse aluno e saber que no fundo deixamos nossas marcas.

Há uma grande incógnita junto ao processo de alfabetização contínua do aluno surdo. O fato analisado conduz a novos estudos, não a respeito das práticas educacionais aplicadas que deveriam vir a ser avaliadas, e sim a forma de avaliar as práticas do educando. Isso deve ser reavaliado, por quê os professores querem avaliar um aluno surdo somente em Língua Portuguesa, por que o foco na alfabetização, quando ele demonstra aprender de outros modos?

Potencializar nossos alunos deveria ser o foco principal, considerar aquilo que ele tem a nos oferecer e não enfatizar algo que ele não pode nos oferecer no momento. Transformar LIBRAS em disciplina curricular obrigatória facilitaria muito as práticas educacionais e levaria a sociedade a uma quebra de paradigmas e de barreiras atitudinais que viabilizaria uma igualdade de condições as pessoas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras** e o Art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 22 dez. 2005.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 15 ago. 2013.

BRASIL. Resolução SE nº 11, de 31.01.08 alterada pela Resolução SE 31, de 24.03.08- **Dispõe Sobre a educação escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas**.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. DV/FACITEC, 2011.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha

FREITAS, Soraia Napoleão; MOREIRA, Laura Ceretta. A universidade frente à formação inicial na perspectiva da inclusão. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. **Professores e Educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação/C

MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010. p. 205-219

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Summus, 2015.

MEC, Revista da Educação Especial/Secretária de educação Especial. V. 1, n.1( out.2005).- Brasília: Secretária de Educação Especial, 2005.

PERLIN, Gládis T. T. **Identidades surdas**. In: SKILIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PIETRO, R.G. **Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores**. Revista de Educação, Apeoesp, n.º 16, mar./2003.

QUADROS, R. M. O “Bi” em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 26-36.

QUADROS, Ronice Müller de & SCHMIEDT, Magali L. P. (2006). **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, pp.120.

QUEIROZ, N. L. N., Munhoz, S. C. D. & Maciel, D. M. A. (2012). Módulo 1: **Escola**,

**organização curricular, seus principais conceitos e prática docente.** Curso de Atualização em Práticas Pedagógicas.

## APÊNDICES

### **Apêndice A: Roteiro de Entrevistas realizadas com professores: regular e AEE**

- Apresentação do professor.
- Descreva o aluno E.
- A criança tem autonomia em suas atividades rotineiras? Quais? E em quais precisa de auxílio?
- Como você analisa o processo de inclusão deste aluno?
- Fale-me um pouco de como são realizados os atendimentos junto a esse aluno?
- Qual a participação da família junto á escolarização do aluno? Quem da família participa da vida escolar e em quais momentos isto ocorre?
- O aluno e a família demonstram interesse pelo atendimento oferecido junto a unidade escolar?
- Como é o desempenho do aluno na escola? O que você acredita que deve ser feito (pela escola, pela família) para melhorar este desempenho?
- Como você avalia a socialização do aluno em relação ao ambiente escolar? Ele tem colegas, amigos? Faz atividades, brinca com eles? E com vocês, professores, ele interage?

**Apêndice B: Roteiro de entrevista realizada com a mãe do aluno**

- Descreva como é seu filho em casa.
- A criança tem autonomia em suas atividades rotineiras? Explique.
- Como ele descreve o ambiente escolar?
- Quais recursos lhe são oferecidos na unidade escolar?
- Como você descreve o trabalho realizado pela equipe pedagógica?
- Você acredita que a escola está conseguindo suprir as necessidades educacionais de seu filho?
- Como você avalia a socialização de seu filho em relação ao ambiente escolar?
- Fale um pouco do trabalho da interprete de Libras.

## ANEXOS

### A- Aceite institucional



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

#### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*),  
 da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa  
 \_\_\_\_\_,  
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_,  
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de  
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de  
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização  
 de \_\_\_\_\_ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento  
 \_\_\_\_\_ (*local na instituição a ser pesquisado*) com  
 \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de  
 \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e término em  
 \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela  
 instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da  
 instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em  
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição  
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos  
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e  
 bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

## B- Termo de consentimento livre e esclarecido da professora de AEE



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_



## C- Termo de consentimento livre e esclarecido da professora da sala regular.



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

## D- Termo de consentimento livre e esclarecido da mãe do aluno



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_.

Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

